



SESCOOP/RR
Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo Administração de Roraima

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

SESCOOP/ RR

Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo no Estado de Roraima

Boa Vista, RR
Maio de 2018

Lista de siglas e abreviações

Abreviações e Siglas	Descrição
AUDIT	Assessoria de Auditoria e Controle
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
CGU	Controladoria Geral da União
DMS	Declaração Mensal de Serviços
DN	Decisão Normativa
FIC	Felicidade Interna do Cooperativismo
FORMACRED	Formação de Conselheiros de Cooperativas de Crédito
FUNDECOOP	Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo
GDA	Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro das Cooperativas
GDH	Sistema de Gerenciamento do Desenvolvimento Humano
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAGC	Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista
PDGC	Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas
RAAAI	Relatório Anual de Atividades Auditoria Interna
SINAC	Sistema Nacional de Autogestão de Cooperativas
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	Unidade Estadual
UN	Unidade Nacional
UPC	Unidade Prestadora de Contas

Lista de tabelas, quadros, gráficos, figuras e ilustrações

Quadro 1 - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima -----	08
Quadro 2 – Identificação dos Administradores-----	08
Figura 1 – Organograma Funcional-----	09
Quadro 3 – Missão, Visão e Valores do Sistema Sescoop-----	10
Quadro 4 – Normas do Sistema Sescoop -----	11
Tabela 01 - Números do Cooperativismo no Estado de Roraima -----	12
Figura 2 – Ambiente de Negócios do Sescoop/RR -----	13
Quadro 5 – Objetivo Estratégico 1 -----	16
Gráfico 1 – Objetivo Estratégico 1 -----	16
Quadro 6 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 1 -----	17
Quadro 6 – Objetivo Estratégico 2 -----	17
Gráfico 2 – Objetivo Estratégico 2 -----	17
Quadro 7– Detalhamento do Objetivo Estratégico 2 -----	18
Quadro 8 – Objetivo Estratégico 3 -----	18
Gráfico 3 – Objetivo Estratégico 3 -----	18
Quadro 9 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 3 -----	19
Quadro 10 – Objetivo Estratégico 5 -----	19
Gráfico 4 – Objetivo Estratégico 5 -----	19
Quadro 11 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 5 -----	20
Quadro 12 – Objetivo Estratégico 6 -----	20
Gráfico 5 – Objetivo Estratégico 6 -----	20
Quadro 13 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 6 -----	21
Quadro 14 – Objetivo Estratégico 7 -----	21
Gráfico 6 – Objetivo Estratégico 7 -----	21
Quadro 15 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 7 -----	22
Quadro 16 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 11 -----	22
Gráfico 7 – Objetivo Estratégico 11 -----	22
Quadro 17 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 11 -----	23
Quadro 18 – Diretriz Estratégica de Serviços Administrativos-----	23
Quadro 19 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Serviços Administrativos-----	23
Quadro 20 – Indicador da Diretriz Estratégica de Gestão Administrativa -----	24
Quadro 21 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Gestão Administrativa-----	24
Quadro 22 – Diretriz Estratégica de Serviços de Administração e Controle Financeiro-----	24
Quadro 23 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Serviços de Administração e Controle Financeiro -----	25
Quadro 24 – Diretriz Estratégica de Gestão de Processo de Planejamento Institucional -----	25
Quadro 25 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Gestão de Processo de Planejamento Institucional -----	25
Figura 3 – Macroprocessos do Sescoop/RR -----	27
Figura 4 – Mapa Estratégico do Sescoop/RR-----	28
Quadro 26 – Indicador de Crescimento da Receita Realizada -----	29
Quadro 27 – Indicador de Realização do Orçamento-----	29
Quadro 28 – Indicador de Participação das Despesas Totais de Pessoal no Orçamento Realizado-----	29
Quadro 29 – Indicador de Realização do Orçamento da Área Meio -----	30
Quadro 30 – Indicador de Realização do Orçamento da Área Finalística-----	30
Quadro 31 – Indicador de Participação da Área Finalística no Total do Orçamento Realizado, Exceto Pessoal -----	30
Quadro 32 – Indicador de Participação da Área Finalística no Total do Orçamento Realizado, Inclusive Pessoal ----	31
Quadro 33 – Indicador de Participação da Área Meio no Total Realizado, exceto Pessoal -----	31
Quadro 34 – Indicador de Participação da Área Meio no Total Realizado, inclusive Pessoal-----	31
Quadro 35 – Indicador de Variação do Valor Orçamento Realizado pela Área Meio-----	32
Quadro 36 – Indicador de Variação do Valor Orçamento Realizado pela Área Finalística -----	32
Quadro 37 – Indicador de Participação dos Valores do Fundcoop Recebidos e Executados pela Unidade, em relação ao Orçamento Total Realizado pela Unidade-----	32

Quadro 38 – Indicador de Participação do Saldo de Exercícios Anteriores no Orçamento -----	33
Gráfico 8 – Principais Receitas de 2017 -----	38
Quadro 39 – Acesso às Informações da Entidade -----	37
Quadro 40 – Detalhamento das Principais Receitas -----	38
Gráfico 9 – Principais Despesas de 2017 -----	39
Quadro 41 – Detalhamento das Principais Receitas -----	39
Quadro 42 – Principais Contratos Firmados no Exercício de 2017 -----	40
Quadro 43 – Principais Contratos Firmados e Pagos no Exercício de 2017 -----	41
Quadro 44 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas -----	42
Quadro 45 – Distribuição da Lotação Efetiva -----	43
Tabela 02 – Evolução da Estrutura de Pessoal do SESCOOP/RR, Por Faixa Etária -----	43
Tabela 03 – Evolução da Estrutura de Pessoal do SESCOOP/RR, Por Nível De Escolaridade -----	44
Tabela 04 – Distribuição dos Colaboradores Por Cargo -----	44
Tabela 05 – Distribuição dos Colaboradores, Por Faixa Salarial -----	44
Tabela 06 – Movimentação do Quadro de Pessoal (2017) -----	45
Tabela 07 – Qualificação da Força de Trabalho (2017) -----	45
Quadro 46 – Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos -----	45
Quadro 47 – Investimentos em Capacitação de Pessoal em 2017 -----	45
Quadro 48 – Remuneração dos Administradores -----	46
Quadro 49 – Remuneração do Superintendente -----	46
Quadro 50 – Situação de Atendimento das demandas da CGU -----	48

Sumário

1- Apresentação	7
2 - Visão geral da unidade prestadora de contas	8
2.1 - <i>Identificação da Unidade</i>	8
2.2 - <i>Finalidade e competências institucionais</i>	10
2.3 - <i>Ambiente de atuação</i>	11
3 - Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	16
3.1 - <i>Relatório da Gestão e dos Objetivos Estratégicos</i>	16
3.2 - <i>Informações Sobre a Gestão</i>	23
3.3 - <i>Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	25
4 - Governança	35
4.1 - <i>Descrição das Estruturas de governança</i>	35
4.2 - <i>Gestão de riscos e controles internos</i>	36
5 - Relacionamento com a sociedade	37
5.1 - <i>Canais de acesso do cidadão</i>	37
5.2 - <i>Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade</i>	37
5.3 - <i>Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários</i>	37
6 - Desempenho financeiro e informações contábeis	38
6.1 - <i>Desempenho Financeiro do Exercício</i>	38
6.2 - <i>Principais contratos firmados</i>	40
6.3 - <i>Transferências, convênios e congêneres</i>	41
6.4 - <i>Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos</i>	42
6.5 - <i>Demonstrações contábeis exigidas pela NBC T 16.6 e notas explicativas</i>	42
6.6 - <i>Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com a Lei 6.404/1976</i> .	42
7- Áreas especiais da gestão	43
7.1- <i>Gestão de pessoas, terceirização e custos relacionados</i>	43
7.2 - <i>Remuneração do Corpo de Dirigentes e Conselheiros</i>	46
7.3 - <i>Gestão de Patrimônio Imobiliário</i>	47
7.4 - <i>Gestão Ambiental e Sustentabilidade</i>	47
8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	48
8.1- <i>Tratamento de deliberações do TCU</i>	48
8.2 - <i>Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU)</i>	48
8.3 - <i>Tratamento de recomendações da Auditoria Interna</i>	48
9 - Apêndices	49
9.1. <i>Quadros, tabelas, figuras complementares, relatórios e pareceres</i>	49

10 – Anexo: Banco de dados	73
<i>10.1 - Licitações e Contratos</i>	73
Planilha Excel.....	73
<i>10.2 - Transferências de Recursos</i>	73
Planilha Excel.....	73
<i>10.3 - Receitas da Entidade</i>	73
Planilha Excel.....	73
<i>10.4 - Despesas da Entidade</i>	73
Planilha Excel.....	73
<i>10.5 - Remuneração de Empregados</i>	73
Planilha Excel.....	73

1- Apresentação

Este Relatório de Gestão está estruturado em 9 (nove) capítulos, já descritos no sumário, incluindo os apêndices. Como parte integrante da prestação de contas, possui como anexo banco de dados que discrimina as licitações e contratos, os valores das transferências realizadas, as receitas, despesas e remunerações pagas aos empregados no exercício de 2017.

O documento evidencia os princípios e os valores que conduzem a atuação do Sescoop/RR, bem como suas estratégias e compromissos perante seus diversos públicos de relacionamento.

Como principais realizações da unidade no exercício de 2017, destacam-se os “Projetos Estruturantes” que atuam nos eixos da formação profissional e monitoramento das cooperativas agropecuárias. No eixo da promoção social destacam-se os eventos “Dia de Cooperar (DIA C)” e o “Torneio Intercooperativo de Futebol”, que já contam com a programação anual da agenda do SESCOOP/RR.

As principais dificuldades internas da unidade na consecução de seus objetivos foram o corpo técnico reduzido da unidade, fornecedores específicos no ramo de atividades e os obstáculos externos foram arregimentar cooperativas em um determinado rama específico, e a crise econômica no Estado.

Com essas dificuldades acima mencionadas, conseguimos atingir as expectativas inerentes à missão e atuação nos eixos da formação profissional, monitoramento e promoção social. Foram diversas visitas técnicas e atendimentos personalizados, somando com as demandas espontâneas durante o exercício.

Ressalta-se que o Sescoop/RR não realizou execução física ou financeira de ações da L.O.A – Lei Orçamentária Anual e não possui servidores inativos e pensionistas no seu Quadro de Pessoal, de modo que tais informações não constam no presente Relatório de Gestão.

2 - Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas

2.1 - Identificação da Unidade

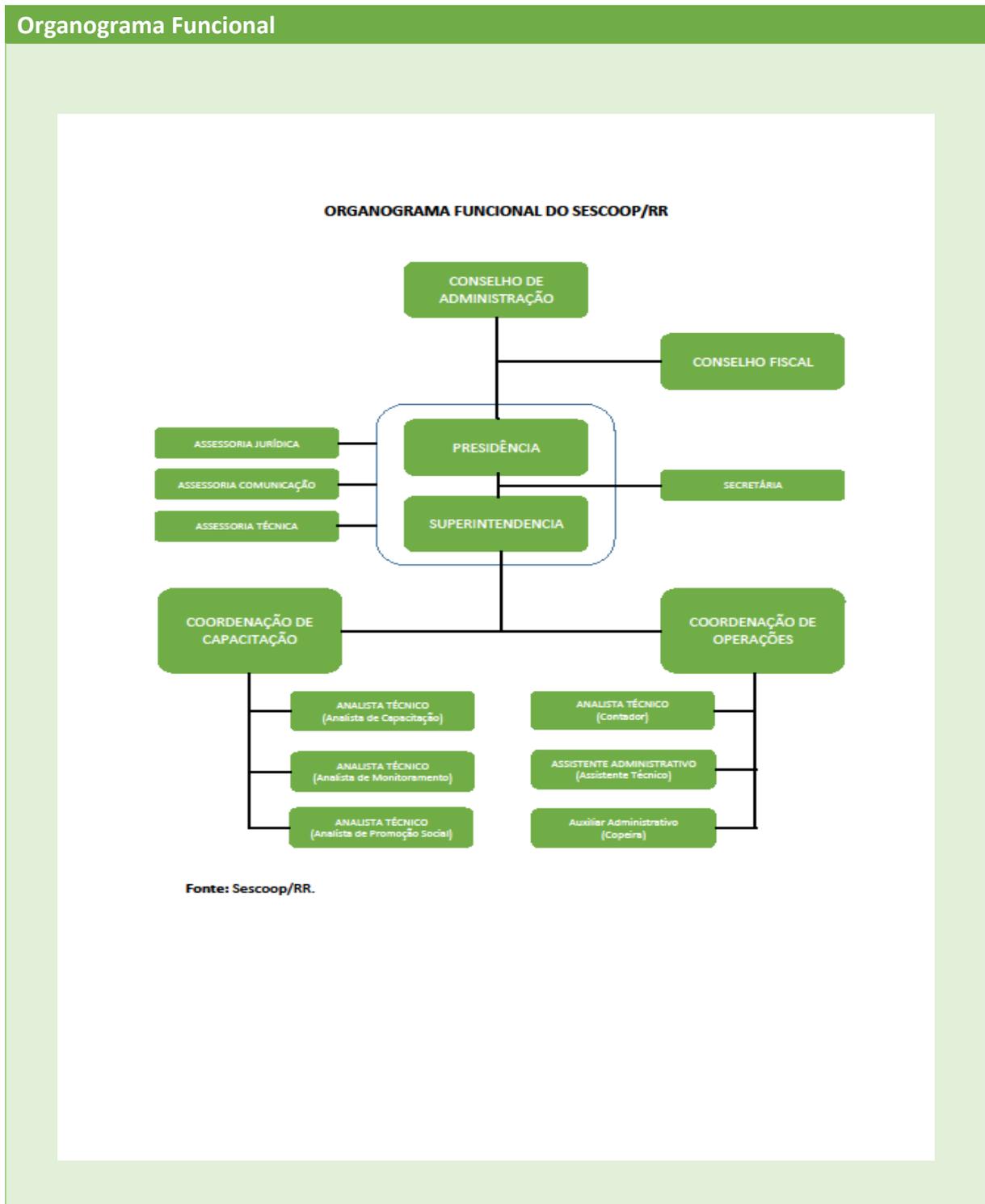
Quadro 1 - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima.

Poder e órgão de vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	
Identificação da Unidade Prestadora de Contas (UPC)	
Natureza jurídica: Serviço Social Autônomo	CNPJ: 07.387.363/0001-70
Principal Atividade: Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	Código CNAE: 8599-6/99
Contatos	
Telefones/Fax: 95 3623-2912/ 95 3623-2312	
Endereço Postal: Av. Major Williams, 1018 – 2º Andar, 69.301-110 – Boa Vista - Roraima	
Endereço Eletrônico: superintendenciaocbrr.coop.br	
Página na internet: www.ocbrr.coop.br	

Quadro 2 – Identificação dos Administradores

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de Gestão
Administrador da Entidade	Silvio Silvestre de Carvalho	193.859.351-00	01/01/2017 a 31/12/2017
Membros do Conselho Estadual:			
Conselho Administrativo	Levi Bezerra lima	598.670.782-68	01/01/2017 a 31/12/2017
Conselho Administrativo	Igleison Cirqueira Gomes	764.728.172-00	01/01/2017 a 31/12/2017
Conselho Administrativo	Rosilene Silva Souza	837.386.062-20	01/01/2017 a 31/12/2017
Conselho Administrativo	Amanda Lia Ward Torquato	663.285.002-20	01/01/2017 a 31/12/2017
Conselho Fiscal	Jorrimar da Silva Amorim	323.488.602-44	01/01/2017 a 31/12/2017
Conselho Fiscal	Rogério Pereira da Silva	182.854.812-04	01/01/2017 a 31/12/2017
Conselho Fiscal	Edilândia dos Santos Soares	560.088.052-91	01/01/2017 a 31/12/2017
Diretores:			
Presidente	Silvio Silvestre de Carvalho	193.859.351-00	01/01/2017 a 31/12/2017
Superintendente	Jucelia Rodrigues do Carmo	225.446.746-53	01/01/2017 a 31/12/2017

Figura 1 – Organograma Funcional



2.2 - Finalidade e Competências Institucionais

O Sescoop/RR tem como finalidade organizar, administrar e executar em todo o Estado o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados. Tem as seguintes competências institucionais:

- a) Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- b) Assistir às sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização da aprendizagem metódica e contínua;
- c) Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e à promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa do cooperado e de seus familiares;
- d) Exercer a coordenação, a supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, cooperados e seus familiares;
- e) Colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas;
- f) Divulgar a doutrina e a filosofia cooperativista como forma de desenvolvimento integral das pessoas;
- g) Promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades cooperativas e de seus integrantes.

Quadro 3 – Missão, Visão e Valores do Sistema Sescoop

Missão	Visão de futuro	Valores
Promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras	Em 2025, o cooperativismo será reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados	<ul style="list-style-type: none"> - Fidelidade aos princípios e à doutrina cooperativistas - Desenvolvimento e valorização das pessoas - Respeito à diversidade - Compromisso com a inovação e resultados - Transparência e austeridade

Quadro 4 – Normas do Sistema Sescoop

Normas do SESCOOP/RR	
Norma	Endereço para acesso
Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998 e suas reedições e Decreto 3.017, de 07 de abril de 1999	- Diário Oficial da União de 07.04.1999 (Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- Sescoop); - Lei 11.524/2007 de 23/11/2007.
Regimento Interno	www.ocbrr.coop.br
Regulamento de Licitações e Contratos – Resoluções nº 850 e 860/2012.	www.ocbrr.coop.br
Outros documentos	www.ocbrr.coop.br
Mapa estratégico	www.ocbrr.coop.br
Planejamento estratégico	www.ocbrr.coop.br
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	www.ocbrr.coop.br
Organograma	www.ocbrr.coop.br
Macroprocessos finalísticos	www.ocbrr.coop.br

2.3 - Ambiente de Atuação

A atuação do Sescoop/RR tem o foco de disseminar a cultura do cooperativismo e contribuir para o desenvolvimento das cooperativas no Estado, por meio dos 13 (treze) ramos de atividade econômica cooperativista entre as modalidades de comércio, serviço e indústria.

No cenário atual possui registras no Sistema OCB, 68 (sessenta e oito) cooperativas nos mais diversos ramos. Entre os segmentos, destacam-se o ramo agropecuário e transportes devido a função de gerar renda direta e indiretamente aos cooperados e potenciais cooperados, assim, contribuindo para o fomento dos negócios no Estado.

Com isso o Sescoop/RR está atuante na Capital e nos interiores. São 15 (quinze) municípios no Estado de Roraima, totalizando 216.301 km² (área de unidade territorial de 2016 – IBGE).

Os públicos alvos definidos são: Cooperativas, Cooperados, Empregados, Sociedades e Governos.

2.3.1 - Ambiente de Atuação da Entidade

O ambiente de atuação do Sescoop/RR está catalogado nos seguintes ramos do segmento cooperativista:

- **Agropecuário:** composto por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização.

- **Consumo:** constituído por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. É o ramo mais antigo no Brasil e no mundo.
- **Crédito:** cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados. Atuam no crédito rural e urbano.
- **Educacional:** cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. O papel da cooperativa de ensino é ser mantenedora da escola.
- **Especial:** cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menor de idade ou relativamente incapaz) ou as que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. A atividade econômica mais comum neste ramo é a produção artesanal de peças de madeira, roupas ou artes plásticas.
- **Habitacional:** compõe-se de cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
- **Infraestrutura:** atende direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria deste ramo, aos poucos estão deixando de serem meros repassadores de energia, para se tornarem geradoras de energia.
- **Mineral:** constituído por cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
- **Produção:** compõe-se por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.
- **Saúde:** constituído por cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana em seus variados aspectos.
- **Trabalho:** engloba todas as cooperativas constituídas por categorias profissionais (professores, engenheiros, jornalistas e outros), cujo objetivo é proporcionar fontes de ocupação estáveis e apropriadas aos seus associados, através da prestação de serviços a terceiros.
- **Transporte:** composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou passageiros.
- **Turismo e lazer:** cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nestas áreas.

O desafio maior da Unidade é apoiar, de modo efetivo, um amplo e diversificado conjunto de empreendimentos cooperativos, de diferentes ramos que atuam no estado, cujos grandes números estão apresentados na Tabela 01, a seguir:

Tabela 01 - Números do Cooperativismo no Estado de Roraima

Número de Cooperativas			Número de cooperados			Número de empregados		
2016	2017	Variação (%)	2016	2017	Variação (%)	2016	2017	Variação (%)
66	68	3,03	4.984	5.244	5,21	524	626	19,46

Fonte: SESCOOP/RR

2.3.2 – Ambiente de Negócios da Unidade

a) Ambiente de Negócios do SESCOOP/RR

Figura 2 – Ambiente de Negócios do SESCOOP/RR



O ambiente de negócios do SESCOOP/RR está dividido em três etapas consideradas importantes para atingir os objetivos estratégicos da empresa.

A primeira etapa considera a força de trabalho da unidade, composto pelo presidente, superintendente, assessores, empregados e estagiários. Atualmente a força de trabalho é bem reduzida, o que pode fragilizar o processo de alcance dos resultados estratégicos.

A cadeia de valor que trata-se das principais atividades finalísticas desenvolvidas pela unidade no âmbito estratégico, divide-se em três eixos finalísticos do cooperativismo, que são: Formação Profissional, Monitoramento e Promoção Social.

A Formação Profissional constitui um processo educativo, vinculado à realidade do trabalho cooperativista no Estado de Roraima, que contribui para o desenvolvimento do cooperado, empregados, produtores e dirigentes, numa perspectiva de inserção e crescimento profissional. O rol de cooperativas atendidas ultrapassa 53% das registradas no Sistema Estadual. Os resultados obtidos foram 1.961 cooperados atendidos.

As ações de Monitoramento são praticamente atividades de demandas espontâneas que surgem ao longo do ano, como por exemplo: visitas técnicas, participações em assembleias

gerais, orientações e participações em eventos ligados ao cooperativismo. Os resultados obtidos foram de 16 cooperativas atendidas.

Nas atividades de Promoções Sociais destacam-se dois grandes eventos que já encontram-se na agenda do Sescop/RR durante o exercício, que são: O Dia de Coopera (Dia C) e o Torneio Intercooperativo de Futebol. Outros eventos que acontecem, mais que não estão na agenda, porém tem a participação do Sescop/RR como patrocinador, que são: A colheita de Soja do Cerrado e a EXPOFERR. Estes últimos são eventos que dependem de outros órgãos e instituições que demandam a participação desta unidade, considerando de grande relevância a participação do sistema. Os resultados foram de 14.430 pessoas atendidas.

b) Adversidades

Em matéria realizada pelo Jornal “Folha de Boa Vista” em entrevista com Secretário Estadual de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, mostrou que a crise econômica que assola o País, o Estado de Roraima em 2017 obteve um crescimento de 1,2% de contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) Nacional. Isso elevou a categoria do Estado para o segundo maior de toda a Região Norte. De acordo com o estudo do desempenho do PIB por Estado, o setor agropecuário foi o grande fomentador dos números positivos de crescimento real em Roraima.

Outro ponto de grande relevância, foi a imigração de venezuelanos para o Estado fugindo da crise econômica devastadora no País vizinho. Tal situação mexe com a economia, educação, segurança, saúde e infraestrutura do Estado, o qual não suporta essa demanda, ocorrendo uma grande procura pelos serviços públicos. É uma situação muito delicada para Roraima e para o Brasil em um momento de crise econômica e política que vive.

Entre os fatores adversos, observa-se também a questão da disponibilidade de acesso à internet de boa qualidade. É um problema real no Estado que afeta os setores da indústria, comércio e serviço, sejam cooperativas, associações, empresas, indústrias e governos.

Ainda é uma realidade a problematização de energia elétrica no Estado. A energia elétrica que abastece Roraima, cerca de 80% é gerada pela Venezuela. Em certa estação a demanda é alta, o que ocasiona uma sobrecarga de energia na estação distribuidora. É uma situação que afeta diretamente a população e as empresas em geral.

Outro destaque é a futura implantação do “Free Shop” no Município de Bonfim, a perspectiva é de atrair consumidores de Roraima e Amazonas, assim, fomentando a economia local e do Estado de Roraima pelas instalações de empresas e o consumo da sociedade. Neste contexto as cooperativas de transportes alternativos de táxi precisarão passar por uma adaptação nas suas entregas e conseqüentemente, nos seus serviços a ser disponibilizado.

c) Riscos

Os fatores de mais riscos no período de 2017 foram a energia elétrica, as imigrações da Venezuela e a precária disponibilização de internet para o Estado de Roraima.

d) Estratégia de enfrentamento

A estratégia de enfrentamento frente as adversidades e aos riscos é proporcionar por meio do nosso ambiente de negócios (formação profissional, monitoramento e promoção social) a aproximação das partes interessadas a fim fortalecer e fomentar a geração de rendas para os cooperados, empregados, cooperativas, sociedade e governo. Assim, contribuindo para o fomento e disseminação do movimento cooperativista nos quatro cantos do Estado de Roraima.

O Sescoop/RR está presente nos 15 (quinze) municípios do Estado de Roraima, apoiando, participando, realizando ações e atividades de cunho social, econômico e financeiro para as Cooperativas e demais pessoas potenciais.

3 - Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

3.1 - Relatório da Gestão e dos Objetivos Estratégicos

O Sescoop tem uma missão clara, de promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. Missão esta que foi definida como parte de um Planejamento Estratégico Sistêmico para o período 2015/2020, o qual traz uma carteira de 12 objetivos estratégicos voltados ao Sescoop – sendo 7 (sete) finalísticos e 5 (cinco) de gestão. No exercício de 2017, seguindo estes direcionadores estratégicos, o **Sescoop/RR** optou por trabalhar com os objetivos estratégicos relacionados abaixo.

3.1.1 - Objetivo Estratégico 1: Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo (finalístico)

Quadro 5 – Objetivo Estratégico 1

Descrição geral	
Estimular o conhecimento e aplicação da cultura cooperativista nas ações e práticas das cooperativas e na atitude dos cooperados, incentivando-os a participar nas decisões das cooperativas, bem como a adotar a doutrina, os valores e os princípios como orientadores das suas práticas.	
Indicador	Número de pessoas que participaram de eventos para a promoção da cultura da cooperação e disseminação da doutrina e princípios do cooperativismo.
Responsável	Superintendência

Gráfico 1 – Objetivo Estratégico 1



Quadro 6 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 1

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Programa de Orientação Cooperativista	6.630,00	6.628,17	100	100	Quantidade de pessoas beneficiadas
TOTAL	6.630,00	6.628,17	100	100	

1. Análise

Este indicador tem por finalidade evidenciar o quantitativo de participantes nos eventos de promoção da cultura e disseminação da doutrina e princípios do cooperativismo no Estado de Roraima. Trata-se de ações por demanda espontânea, ou seja, aquelas demandas surgidas por cooperativas, cooperados e sociedade, tais como: Informações sobre cooperativas, participações de técnicos em assembleias de cooperativas e associações, atendimento presencial na sede do SESCOOP/RR e outros. O valor realizado foi de 100 (cem) pessoas que participaram dos eventos discriminados acima.

2. Conclusão

3.1.2 - Objetivo Estratégico 2: Promover a profissionalização da gestão cooperativista (finalístico)

Quadro 6 – Objetivo Estratégico 2

Descrição geral	
Está diretamente ligado à melhoria da eficiência e da produtividade das cooperativas, por meio da melhor organização dos recursos para a produção dos bens e serviços. Ou seja, a gestão melhora os recursos humanos, a alocação dos recursos financeiros, as atividades de produção, marketing e a estratégia, entre outras funções.	
Indicador	Número de dirigentes/gestores que participaram de cursos de gestão cooperativa
Responsável	Superintendência

Gráfico 2 – Objetivo Estratégico 2



Quadro 7– Detalhamento do Objetivo Estratégico 2

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Especial. em Gestão de Coop. - FDC	32.170,00	32.169,05	20	20	Quantidade de pessoas beneficiadas
Especial. em Gestão de Coop. - CP	81.200,00	81.200,00			
TOTAL	113.370,00	113.369,05	20	20	

1. Análise

Este indicador tem por finalidade evidenciar o quantitativo de participantes na 2ª turma do curso promovido pela Sescop/RR denominado “MBA em Gestão de Cooperativas”, que teve duração de 24 (vinte e quatro) meses. Ao final do curso, houve uma visita técnica dos alunos nas cooperativas o Estado do Paraná, a fim de aprimorar o conhecimento sobre o cooperativismo. Foram visitadas 06 (seis) cooperativas dentre os ramos agropecuários e transporte de taxi.

3.1.3 - Objetivo Estratégico 3: Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional (finalístico)

Quadro 8 – Objetivo Estratégico 3

Descrição geral	
Viabilizar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional, uma vez que dada a variedade de ramos e características heterogêneas do cooperativismo, torna-se inviável ao Sescop o atendimento de todas as necessidades das cooperativas.	
Indicador	Número de empregados e cooperados que participaram de iniciativas de formação e qualificação profissional.
Responsável	Superintendência

Gráfico 3 – Objetivo Estratégico 3



Quadro 9 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 3

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Ações de Capac./Formação Profis.	297.932,00	297.931,28	800	1.961	Quantidade de pessoas beneficiadas
Invest. Treinamento de RH-ACOMP	-	-			
TOTAL	297.932,00	297.931,28	800	1.961	

1. Análise

Este indicador tem por finalidade promover a formação profissional de cooperados, dirigentes e empregados de cooperativas envolvidas. Os cursos são com carga horária de 16, 24 e 36 horas. As pessoas beneficiadas foram cooperados, dirigentes e empregados das cooperativas envolvidas. A meta física executada foi de 1.961 pessoas beneficiadas durante o exercício de 2017.

3.1.4 - Objetivo Estratégico 5: Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas (finalístico)

Quadro 10 – Objetivo Estratégico 5

Descrição geral	
Monitorar o desempenho e os resultados das cooperativas, que podem aumentar a capacidade do Sescoop em apoiar a sustentabilidade das cooperativas, subsidiando a oferta de soluções de formação e qualificação adequadas e fornecendo instrumentos para a sua autogestão.	
Indicador	(%) de Cooperativas Monitoradas
Responsável	Superintendência

Gráfico 4 – Objetivo Estratégico 5



Quadro 11 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 5

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Prog. Cons. Gerec. a Cooperativas	115.481,00	115.478,80	16	16	Cooperativas monitoradas
TOTAL	115.481,00	115.478,80	16	16	

1. Análise

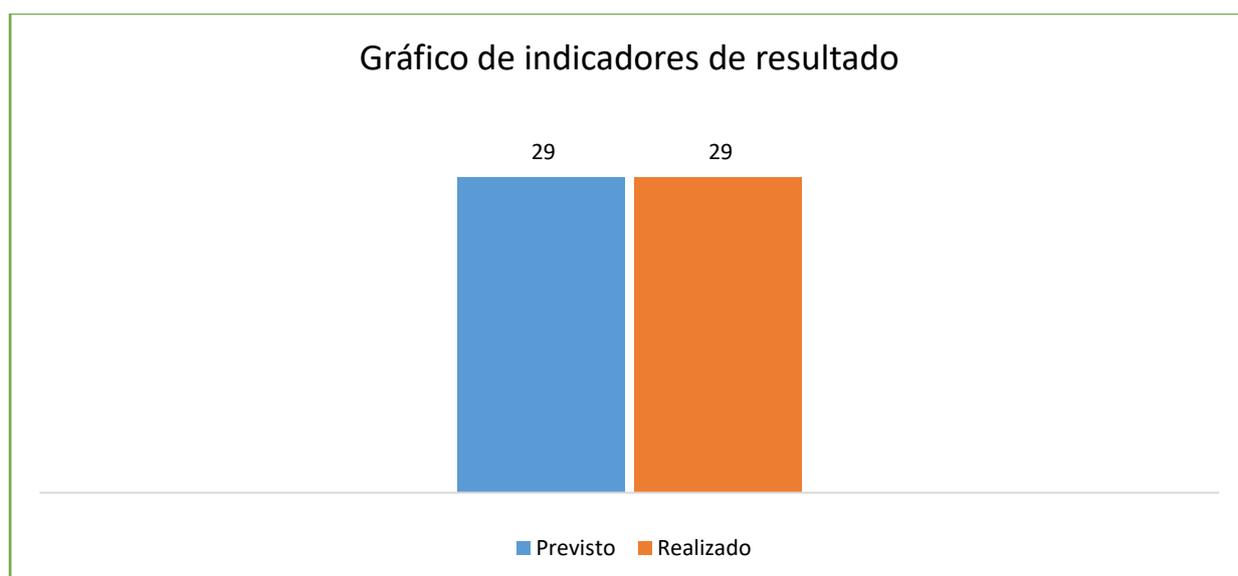
Este indicador tem por finalidade promover a cultura e disseminação da doutrina, valores e princípios cooperativista junto as cooperativas, cooperados, empregados e sociedade. Foram monitoradas 11 (onze) cooperativas, de um total de 70 (setenta). O que representa a execução de 15,71% (dezesesseis por cento).

3.1.6 - Objetivo Estratégico 6: Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida (finalístico)

Quadro 12 – Objetivo Estratégico 6

Descrição geral	
Apoiar iniciativas de saúde e prevenção de acidentes no trabalho, de qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares e incentivar a adoção de um estilo de vida saudável pelas cooperativas, visando a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho para empregados e cooperados.	
Indicador	Número de Cooperativas participantes de iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida.
Responsável	Superintendência

Gráfico 5 – Objetivo Estratégico 6



Quadro 13 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 6

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Dia de Cooperar	149.641,00	149.639,56	29	29	Cooperativas beneficiadas
TOTAL	149.641,00	149.639,56	29	29	

1. Análise

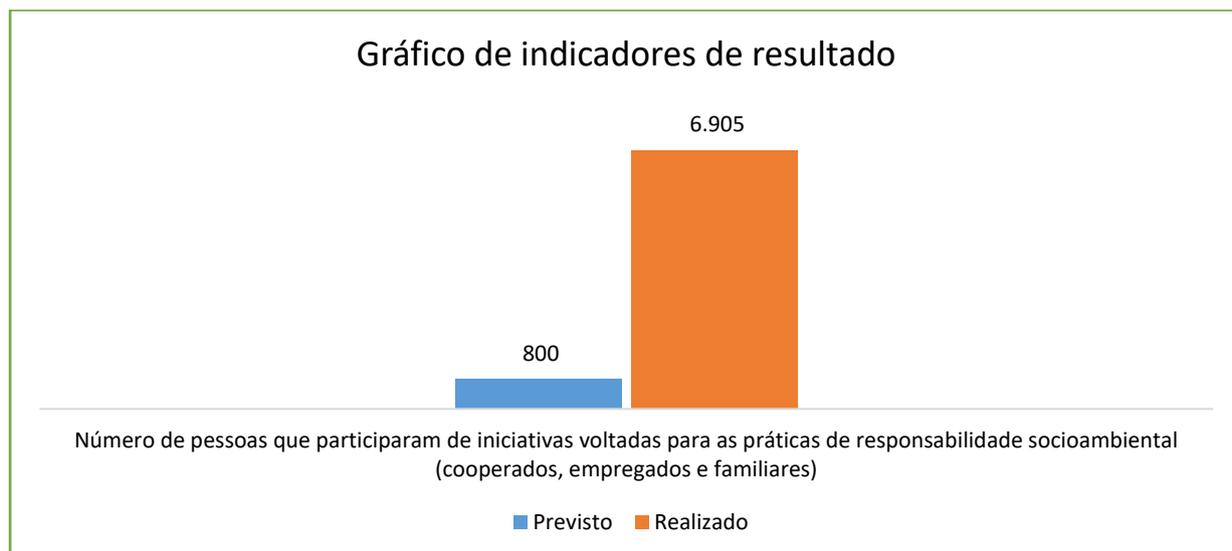
Este indicador tem por finalidade apoiar as iniciativas e ações sociais junto as cooperativas, cooperados, empregados e sociedade. Foram 29 (vinte e nove) cooperativas com participação direta no evento principal. Porém, ao longo do exercício de 2017, as ações sociais foram acontecendo em outros municípios do Estado.

3.1.7 - Objetivo Estratégico 7: Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental (finalístico)

Quadro 14 – Objetivo Estratégico 7

Descrição geral	
Apoiar práticas sustentáveis e estimular ações de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas, que beneficiem a comunidade próxima a elas.	
Indicador	Número de pessoas que participaram de iniciativas voltadas para as práticas de responsabilidade socioambiental.
Responsável	Superintendência

Gráfico 6 – Objetivo Estratégico 7



Quadro 15 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 7

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Ações de Promoções Sociais	137.116,66	137.034,38	800	6.905	Quantidade de pessoas beneficiadas
TOTAL	137.116,66	137.034,38	800	6.905	

1. Análise

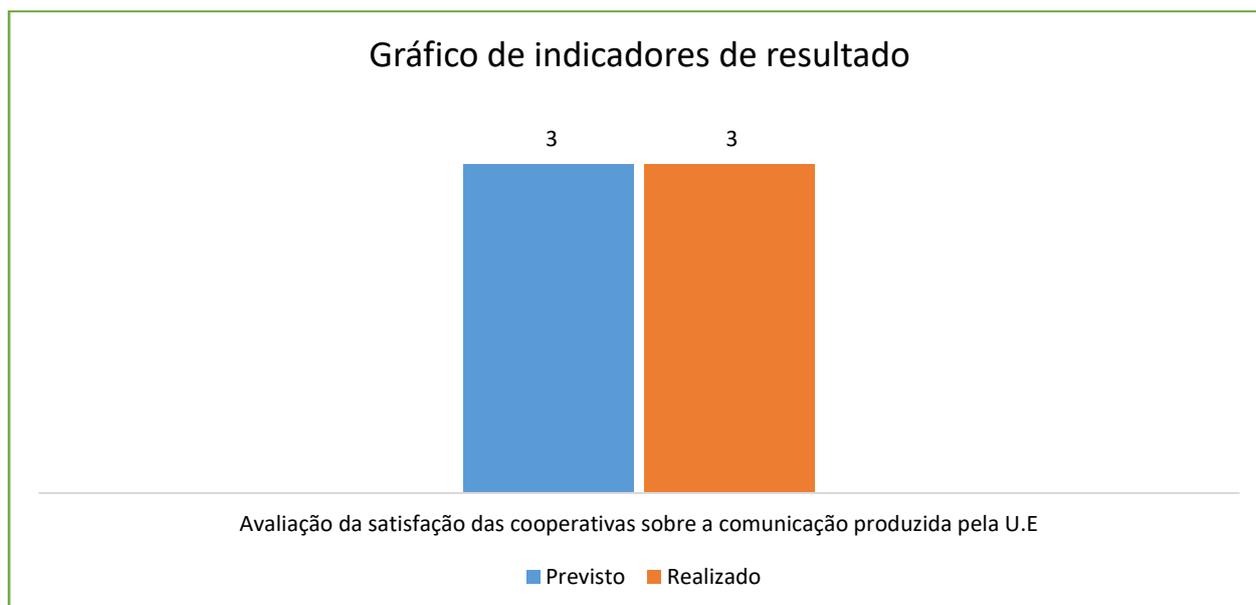
Este indicador tem por finalidade apoiar e estimular as ações de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas, com isso foram realizadas ações como: Torneio Intercooperativo de Futebol, Participação na Feira Agropecuárias do Estado de Roraima, Soja no Cerrado Roraimense e outros.

3.1.8 - Objetivo Estratégico 11: Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos (gestão)

Quadro 16 – Objetivo Estratégico 11

Descrição geral	
Trabalhar a comunicação como meio para fazer com que o cooperativismo seja reconhecido por suas contribuições à sociedade brasileira e como forma de identificar as demandas e necessidades das cooperativas.	
Indicador	Avaliação da satisfação das cooperativas sobre a comunicação produzida pela U.E
Responsável	Não há

Gráfico 7 – Objetivo Estratégico 11



Quadro 17 – Detalhamento do Objetivo Estratégico 11

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Comunicação Social	40.900,00	40.900,00	3	3	(% Satisf. das cooperativas sobre comunicação
TOTAL	40.900,00	40.900,00	3	3	

1. Análise

Este indicador tem por finalidade verificar a satisfação das cooperativas, cooperados, e sociedade por meio do site da Unidade. Durante o exercício foram realizadas 03 (três) relatórios de satisfação.

3.2 - Informações Sobre a Gestão

Para manter o andamento das atividades consideradas meios, a unidade SESCOOP/RR tem as seguintes atividades no seu planejamento, que estão classificadas nas diretrizes estratégicas:

- Manutenção de Funcionamento – ADFIN;
- Manutenção de Funcionamento – PRESIDÊNCIA;
- Manutenção de Funcionamento – SUPERINTENDÊNCIA;
- Manutenção de Funcionamento – ASSESSORIA PRESIDÊNCIA;
- Manutenção de Funcionamento – JURÍDICO;
- Manutenção de Funcionamento – COFIS;
- Manutenção de Funcionamento – CODEL.

São unidades que não fazem parte dos objetivos estratégicos, mas, fazem parte das diretrizes estratégicas da gestão, para o alcance dos resultados finalísticos do SESCOOP/RR.

3.2.1 – Atividades de Serviços Administrativos

Nas diretrizes das atividades de serviços administrativos estão contempladas duas atividades de suporte aos serviços, que são: Administrativa e Financeira e Assessoria Jurídica.

Quadro 18 – Diretriz Estratégica de Serviços Administrativos

Descrição geral	
Prover os órgãos do SESCOOP/RR dos meios administrativos para a implementação da gestão de seus programas.	
Indicador	Serviço Mantido
Responsável	Gerência Administrativa e Financeira

Quadro 19 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Serviços Administrativos

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Manut. Funcion. - ADFIN	568.673,00	633.233,90	1,00	1,00	Serviço Mantido
Manut. Funcion. - Jurídico	25.760,00	25.760,00	1,00	1,00	
TOTAL	594.433,00	658.993,90	2	2	

Trata-se de serviços administrativos para essenciais para o andamento da gestão administrativa das atividades meio da instituição. O indicador de mensuração é a unidade de funcionamento. Nesta situação são 02 (duas) unidades mantidas durante o exercício.

3.2.2 – Gestão Administrativa

Nesta diretriz estão contempladas 03 (três) atividades de manutenção da gestão administrativa, que são: Presidência, Superintendência e Assessoria Presidência.

Quadro 20 – Indicador da Diretriz Estratégica de Gestão Administrativa

Descrição geral	
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais	
Indicador	Entidade Mantida
Responsável	Gerência Administrativa e Financeira

Quadro 21 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Gestão Administrativa

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Manut. Funcion. - Presidência	52.994,00	52.993,84	1	1	Entidade Mantida
Manut. Funcion. - Superintendência	125.814,00	125.811,54	1	1	
Assessoria - Presidência	118.705,34	125.724,25	1	1	
TOTAL	297.513,34	304.529,63	3,00	3,00	

São atividades de gestão administrativa que contribuem para a realização do resultado finalísticos do Sescoop/RR, tendo como indicadores a entidade mantida para o exercício.

3.2.3 – Serviços de Administração e Controle Financeiro

Nesta diretriz está contemplada 01 (uma) atividade de manutenção dos serviços de administração e controle financeiro, assim denominada de Manutenção de Funcionamento do Conselho Fiscal.

Quadro 22 – Diretriz Estratégica de Serviços de Administração e Controle Financeiro

Descrição geral	
Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira.	
Indicador	Serviço Mantido
Responsável	Gerência Administrativa e Financeira

Quadro 23 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Serviços de Administração e Controle Financeiro

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Manut. Funcion. - COFIS	10.757,00	10.755,54	1	1	Serviço Mantido
TOTAL	10.757,00	10.755,54	1	1	

São atividades de gestão do conselho fiscal que constitui um papel fiscalizador da gestão do Sescop/RR, tendo como indicadores o serviço mantido para o exercício.

3.2.4 – Gestão do Processo de Planejamento Institucional

Nesta diretriz está contemplada 01 (uma) atividade de manutenção da gestão do processo de planejamento institucional do Sescop/RR, assim denominada de Manutenção de Funcionamento do Conselho de Administração, que atuam diretamente na estratégica da Unidade. Os resultados são os planos institucionais desenvolvido no exercício de acordo com as diretrizes nacional.

Quadro 24 – Diretriz Estratégica de Gestão de Processo de Planejamento Institucional

Descrição geral	
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais do Sescop/RR.	
Indicador	Plano Institucional Desenvolvido
Responsável	Gerência Administrativa e Financeira

Quadro 25 – Detalhamento da Diretriz Estratégica de Gestão de Processo de Planejamento Institucional

Resultados	Orçamentário		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Manut. Funcion. - CODEL	15.634,00	15.632,59	1	1	Plano Institucional Desenvolvido
TOTAL	15.634,00	15.632,59	1	1	

3.3 - Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O Sescop/RR colabora para a construção e execução do plano estratégico institucional do Sistema Sescop, o qual é realizado em âmbito nacional em datas específicas do exercício, sendo apresentado um conjunto de políticas e estratégias formuladas por meio de diagnósticos dos ambientes internos e externos, como também, dos objetivos projetados para o período.

A metodologia utilizada na implementação do planejamento estratégico é por meio do *Balanced Scorecard*, cuja ferramenta é um modelo de gestão que auxilia as organizações a

traduzir sua estratégia por meio de objetivos e consequentemente por indicadores de resultados.

A elaboração do direcionamento estratégico tem uma visão a longo prazo, que vai de 2015-2020. Com isso, as Unidades Estaduais e o Sescoop/Nacional reafirmam os conceitos fundamentais da organização, bem como, orienta de maneira sintetizada a um caminho em busca da excelência nos serviços de apoio às cooperativas por todo o Brasil.

3.3.1 - Estágio de Desenvolvimento

O Plano estratégico institucional, compreendendo o horizonte 2015-2020, foi construído em seis etapas, a saber:

1 – Elaboração dos Cenários de Atuação e identificação dos Desafios Estratégicos do Cooperativismo: Contemplou a avaliação e mapeamento das tendências e perspectivas futuras ao ambiente de atuação do cooperativismo, identificação das oportunidades e ameaças para o Sescoop, antecipadas pelos cenários desenvolvidos e identificação de necessidades e demandas das cooperativas.

Nesta etapa destacou-se a participação de formadores de opinião, especialistas, pesquisadores e atores que impactam o cooperativismo, por meio de entrevistas em profundidade, e de dirigentes de cooperativas de diversos ramos, tamanhos e localidades, que responderam pesquisa via web e participaram de grupos focais - técnica de pesquisa que coleta dados a partir da interação entre grupos, no caso, de cooperativas, ao se discutir tópicos sugeridos pelo pesquisador.

2 – Avaliação do Plano do Sescoop (2010-2013): Avaliação da execução do plano estratégico 2010-2013 e seu modelo de elaboração e do ambiente interno do Sescoop, com destaque para a realização de pesquisas internas com colaboradores das unidades nacional e estaduais do Sescoop, para a identificação de forças e fragilidades.

3 – Formulação da Estratégia: Para a formulação da estratégia do Sescoop foram realizadas oficinas com a participação de lideranças do Sescoop.

4 – Modelo de Desdobramento do Plano para Unidade Nacional e Unidades Estaduais: Foi desenvolvido modelo para que as unidades do Sescoop realizassem o desdobramento da estratégia institucional em planos estaduais.

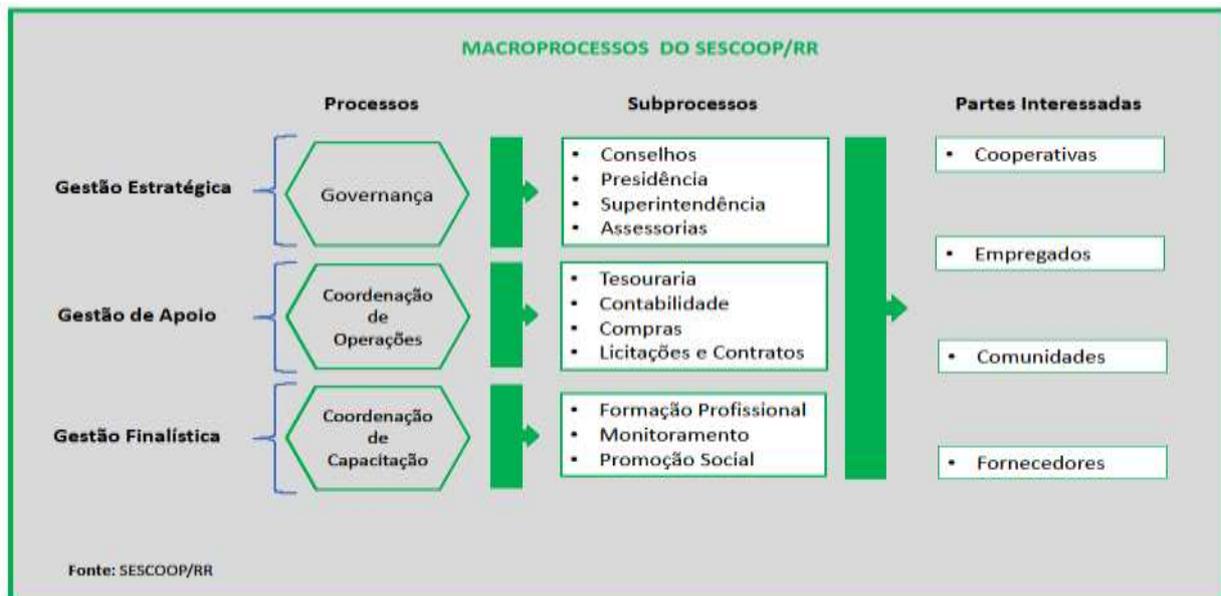
5 – Desenvolvimento de Sistema de Indicadores: Definição de indicadores para mensurar a execução da estratégia institucional.

6 – Capacitação das Unidades Nacional e Estaduais: Realização de capacitação com participantes das unidades nacional e estaduais para apresentação do novo ciclo e orientação sobre a elaboração dos planos estratégicos das unidades nacional e estaduais, pautados no plano institucional.

O Plano Estratégico do Sescoop/RR encontra-se no terceiro ano de execução e vem servindo de referência para a elaboração dos planos de trabalho anuais da unidade. Em 2017, a unidade nacional iniciou trabalho de reformulação e validação dos indicadores estratégicos que englobam os elementos da visão e da missão, os desafios institucionais e os objetivos estratégicos finalísticos e de gestão, visando a posterior fixação de metas institucionais e desdobramentos para as unidades estaduais.

Os estágios de desenvolvimento catalogam na missão de promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, e assim definiu seus macroprocessos, como segue:

Figura 3 – Macroprocessos do Sescoop/RR



3.3.2 - Metodologia de Formulação, de Avaliação e de Revisão dos Objetivos Estratégicos

A metodologia de formulação apresentou grandes diferenciais e destacou-se pela intensa participação dos diversos *stakeholders* em sua elaboração. Entre as principais características desse processo estão:

- Planejamento integrado, apresentando grande sinergia entre a Unidade Nacional e Unidades Estaduais;
- Elaboração de cenários para o cooperativismo até 2025;
- Participação direta das cooperativas no processo de planejamento;
- Definição do futuro desejado para o cooperativismo no período de 10 anos;
- Identificação dos Desafios Estratégicos do cooperativismo.

O desdobramento da formulação, avaliação e revisão é uma forma de compartilhamento da estratégia do Sistema Sescoop, traduzida por meio do seu Mapa Estratégico e conseqüentemente nas unidades estaduais. Neste sentido, o Sescoop/RR demonstra seus planos e sua parcela de contribuição para o alcance dos objetivos por meio do Mapa Estratégico:

Figura 4 – Mapa Estratégico do SESCOOP/RR



Com base nas vinculações do mapa estratégico, as competências institucionais e planos surgem de acordo com os objetivos e os macroprocessos da unidade. Dentre as quais destacam-se as ações de promoção social, formação profissional e monitoramento.

3.3.3 - Indicadores de Desempenho Relacionados à Gestão Estratégica

Os indicadores institucionais de desempenho estratégicos foram reavaliados pela Unidade Nacional, encontrando-se em fase de implementação pelas unidades estaduais. Para a realização do trabalho foi contratada a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ que, em conjunto com as equipes técnicas do SESCOOP, estabeleceu um plano de implementação para o ano de 2018.

Em relação ao desempenho orçamentário do exercício de 2017, foram utilizados os indicadores abaixo:

Quadro 26 – Indicador de Crescimento da Receita Realizada

Nome: Crescimento da Receita Realizada

Descritivo: Taxa de crescimento percentual do valor total da receita total realizada no ano corrente em relação ao ano anterior

Fórmula: $((\text{Valor da receita total realizada no ano} / \text{Valor da receita total realizada no ano anterior}) - 1) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor Realizado no ano (R\$)	1.346.827,13	1.292.100,52	1.741.005,25
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	1.045.365,33	1.346.827,13	1.292.100,52
Índice de Crescimento da Receita (%)	28,84	(4,06)	34,74

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 27 – Indicador de Realização do Orçamento

Nome: Índice de realização do orçamento

Descritivo: Valor do orçamento realizado, em relação ao valor do orçamento previsto

Fórmula: $(\text{Orçamento total realizado} / \text{Orçamento total previsto}) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Total Realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Total Previsto (R\$)	1.356.056,00	1.375.308,00	1.779.408,00
Índice de Realização do Orçamento (%)	90,95	77,85	104,01

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 28 – Indicador de Participação das Despesas Totais de Pessoal no Orçamento Realizado

Nome: Participação das despesas totais de pessoal no orçamento realizado

Descritivo: Despesas executadas de pessoal / total do orçamento realizado

Fórmula: $(\text{Orçamento de pessoal realizado} / \text{Orçamento total realizado}) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Total das Despesas com Pessoal (R\$)	267.805,55	248.899,09	483.620,42
Orçamento Total Realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação da folha de pagamento (%)	21,72	23,25	26,13

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 29 – Indicador de Realização do Orçamento da Área Meio

Nome: Índice de realização do orçamento da área meio			
Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área meio, exceto pessoal			
Fórmula: $(\text{Valor do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal e encargos} / \text{Valor do orçamento previsto da área meio}) \times 100$			
Elemento	2015	2016	2017
Orçamento realizado da área meio (R\$)	404.131,82	324.272,91	579.335,24
Orçamento previsto da área meio (R\$)	671.937,37	496.159,14	959.237,34
Índice de Execução Orçamentária da Área Meio (%)	60,14	65,36	60,40

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 30 – Indicador de Realização do Orçamento da Área Finalística

Nome: Índice de realização do orçamento da área finalística			
Descritivo: Refere-se ao valor da execução orçamentária da área finalística, exceto pessoal			
Fórmula: $(\text{Valor do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal e encargos} / \text{Valor do orçamento previsto da área finalística}) \times 100$			
Elemento	2015	2016	2017
Orçamento realizado da área finalística (R\$)	561.334,71	542.029,13	820.081,24
Orçamento previsto da área finalística (R\$)	683.616,00	776.098,00	820.170,66
Índice de Execução Orçamentária da Área Finalística (%)	82,11	69,84	99,99

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 31 – Indicador de Participação da Área Finalística no Total do Orçamento Realizado, exceto Pessoal.

Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, exceto pessoal			
Descritivo: Valor executado pela área finalística, exceto pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado			
Fórmula: $(\text{Total realizado da área finalística, exceto pessoal e encargos} / \text{Total do orçamento realizado}) \times 100$			
Elemento	2015	2016	2017
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	561.334,71	542.029,13	820.081,24
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação da área finalística no orçamento total (%)	45,52	50,63	44,31

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 32 – Indicador de Participação da Área Finalística no Total do Orçamento Realizado, inclusive Pessoal.

Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, inclusive pessoal

Descritivo: Valor executado pela área finalística, inclusive pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

Fórmula: $(\text{Total realizado da área finalística, inclusive pessoal e encargos} / \text{Total do orçamento realizado}) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	561.334,71	574.454,70	820.081,24
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação da área finalística no orçamento total (%)	45,52	53,66	44,31

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 33 – Indicador de Participação da Área Meio no Total Realizado, exceto Pessoal.

Nome: Participação da área meio no total realizado, exceto pessoal

Descritivo: Valor executado pela área meio, exceto pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

Fórmula: $(\text{Total realizado da área meio, exceto pessoal} / \text{Total do orçamento realizado}) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor total do orçamento da área meio (R\$)	404.131,82	324.272,91	579.335,24
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação da área meio no orçamento total (%)	32,77	30,29	31,30

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 34 – Indicador de Participação da Área Meio no Total Realizado, inclusive Pessoal.

Nome: Participação da área meio no total realizado, inclusive pessoal

Descritivo: Valor executado pela área meio, inclusive pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

Fórmula: $(\text{Total realizado da área meio, inclusive pessoal} / \text{Total do orçamento realizado}) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor total do orçamento da área meio (R\$)	671.937,37	452.091,05	1.030.811,66
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação da área meio no orçamento total (%)	54,48	42,23	55,69

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 35 – Indicador de Variação do Valor Orçamento Realizado pela Área Meio.

Nome: Variação do valor do orçamento realizado pela área meio

Descritivo: Valor total do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal, em relação ao ano anterior

Fórmula: $((\text{Valor total do orçamento realizado no ano pela área meio, exceto pessoal} / \text{Valor total do orçamento realizado no ano anterior pela área meio, exceto pessoal}) - 1) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor Realizado no ano (R\$)	404.131,82	324.272,91	579.335,24
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	161.567,06	404.131,82	236.136,73
Variação (%)	150,13	-19,76	145,34

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 36 – Indicador de Variação do Valor Orçamento Realizado pela Área Finalística.

Nome: Variação do valor do orçamento realizado pela área finalística

Descritivo: Valor total do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal, em relação ao ano anterior

Fórmula: $((\text{Valor total do orçamento realizado no ano pela área finalística, exceto pessoal} / \text{Valor total do orçamento realizado pela área finalística no ano anterior, exceto pessoal}) - 1) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor Realizado no ano (R\$)	293.529,16	542.029,13	820.081,24
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	168.480,96	293.529,16	542.029,13
Variação (%)	74,22	84,66	51,30

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 37 – Indicador de Participação dos Valores do Fundcoop Recebidos e Executados pela Unidade, em relação ao Orçamento Total Realizado pela Unidade.

Nome: Participação dos recursos do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundcoop) no Orçamento total da unidade

Descritivo: Participação dos valores do Fundcoop recebidos e executados pela Unidade, em relação ao orçamento total realizado pela Unidade

Formula: $\text{Valor total executado nos projetos especiais} / \text{valor total previsto para aplicação nos projetos especiais} \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Valor Fundcoop recebido e executado pela Unidade (R\$)	1.058.956,02	953.394,04	1.202.411,44
Valor total do Orçamento Realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação dos recursos totais do Fundcoop no orçamento total da unidade (%)	85,87	89,05	64,96

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

Quadro 38 – Indicador de Participação do Saldo de Exercícios Anteriores no Orçamento.

Nome: Participação do Saldo de Exercícios Anteriores no Orçamento

Descritivo: Valor total acumulado de Saldos de Exercícios Anteriores, em relação ao valor do orçamento realizado no exercício

Fórmula: $(\text{Valor do Saldo de Exercícios Anteriores} / \text{Valor Total do Orçamento Realizado}) \times 100$

Elemento	2015	2016	2017
Saldo de Exercícios Anteriores (R\$)	0,00	0,00	0,00
Valor do Orçamento Realizado (R\$)	1.233.272,08	1.070.613,84	1.850.892,90
Participação do Saldo de Exercícios Anteriores no Orçamento da Unidade (%)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Módulo Financeiro e Orçamentário – Sistema Zeus

3.3.4 - Revisões Ocorridas no Planejamento Estratégico, sua Descrição e Periodicidade

As revisões são feitas no âmbito dos planos de trabalho anuais (níveis tático e operacional), sem alterações nos fundamentos do planejamento estratégico sistêmico 2015-2020, porém são avaliadas novas oportunidades e ameaças do ambiente externo e as potencialidades e necessidades de melhorias internas para alavancar a atuação da unidade no âmbito estadual.

3.3.5 - Envolvimento da Alta Direção (Diretores)

Os eventos de revisão estratégica para formulação e reformulação do plano de trabalho anual contam com a participação expressiva de colaboradores e lideranças da Unidade Estadual, envolvidos nos processos de planejamento, projetos e orçamento, com a aplicação teórica e prática dos conceitos.

Vale salientar que o plano anual de trabalho e sua reformulação são aprovados em reuniões ordinárias do Conselho Estadual e enviados para Unidade Nacional para consolidação.

3.3.6 - Alinhamento da Unidade ao Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico do SESCOOP/RR 2015-2020 está inserido no contexto de um planejamento estratégico corporativo, tendo a unidade estadual realizado o seu desdobramento, considerando as estratégias institucionais e a realidade em que estão inseridas.

O adequado desdobramento da estratégia exigiu o entendimento da estratégia institucional, a análise dos fatores internos e externos que impactam nossa realidade, a priorização e seleção dos objetivos estratégicos a serem trabalhados no exercício, a formulação dos projetos e a proposição das atividades que contribuirão para o alcance dos resultados esperados pelo SESCOOP.

3.3.7 - Principais Dificuldades e Mudanças Previstas

Uma das maiores dificuldades da Unidade são a estrutura de pessoal e os recursos orçamentários reduzidos. Para tentar amenizar o problema de pessoal, será realizado o processo seletivo para a contratação de mais colaboradores. No segundo tópico, com o quadro aumentando, há capacidade de orientações junto às cooperativas quanto à verificação de preenchimento da GFIP, em efetiva arrecadação correta das contribuições próprias para o Sistema.

4 - Governança

4.1 - Descrição das Estruturas de Governança



Legenda (segundo o Referencial Básico de Governança do TCU)			
Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma organização.	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público.	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração da entidade, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

4.2 - Gestão de Riscos e Controles Internos

A unidade do Sescop/RR não dispõe de uma estrutura de gestão de riscos e controle internos, devido ao seu quadro de colaboradores bastante reduzido.

Os controles internos são acompanhados em conjunto com o Nacional, com auditorias realizadas em conformidade com a agenda do Sescop Nacional.

4.2.1 - Avaliação da Qualidade e da Suficiência dos Controles Internos

Não atende.

4.2.2 - Avaliação dos Controles Internos pelo Chefe da Auditoria Interna

Não atende.

5 - Relacionamento com a Sociedade

5.1 - Canais de Acesso do Cidadão

O Sescoop/RR dispõe de um portal de atendimento por meio do site: www.ocbrr.coop.br, com o acesso “Fale Conosco” que tem por objetivo registrar reclamações, sugestões, elogios, solicitações e outros referentes aos produtos e serviços da Instituição. Tendo como indicador, o número de e-mail registrados por modalidade apresentada acima.

5.1.1 - Ouvidoria:

Esta unidade não tem disponibilidade deste serviço.

5.1.2 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) – Estrutura e Resultados

Esta unidade não tem disponibilidade deste serviço.

5.2 - Mecanismos de Transparência sobre a Atuação da Unidade

Quadro 39 – Acesso às Informações da Entidade.

Acesso às informações da Entidade		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	www.ocbrr.coop.br	5 em 5 anos
Planejamento estratégico	www.ocbrr.coop.br	Anual
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	www.ocbrr.coop.br	Não há
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	www.ocbrr.coop.br	Anual
Balanços financeiros e orçamentários	www.ocbrr.coop.br	Anual
Relatórios de gestão	www.ocbrr.coop.br	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	www.ocbrr.coop.br	Anual
Estrutura organizacional	www.ocbrr.coop.br	Não há
Organograma	www.ocbrr.coop.br	Não há
Regimento interno	www.ocbrr.coop.br	Não há

5.3 - Avaliação dos Produtos e Serviços pelos Cidadãos-Usuários

Não há mensuração da satisfação dos clientes.

5.4.1 - Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes

Não há mensuração da satisfação dos clientes.

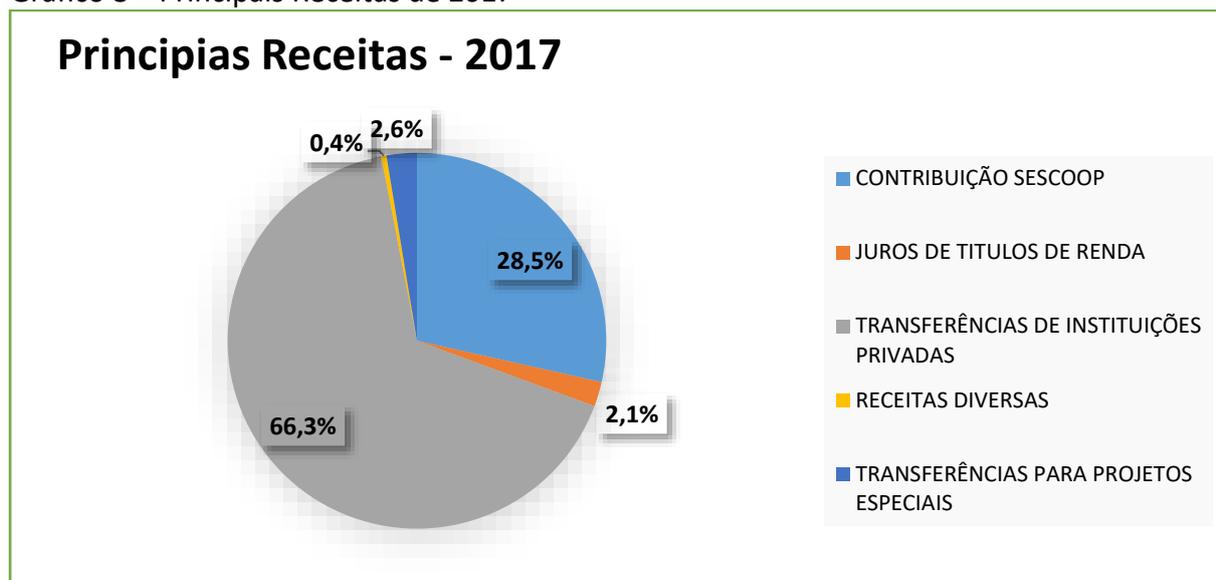
5.4.2 - Avaliação dos Impactos dos Produtos e Serviços para os Beneficiários

Não há mensuração da satisfação dos beneficiários.

6 - Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

6.1 - Desempenho Financeiro do Exercício

Gráfico 8 – Principais Receitas de 2017



Quadro 40 – Detalhamento das Principais Receitas.

Principais receitas (Em milhares de reais)	2016	2017	2018
CONTRIBUIÇÃO SESCOOP	295.859,56	498.028,56	256.797,00
JUROS DE TITULOS DE RENDA	29.639,60	37.062,69	80.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	939.244,00	1.157.273,97	1.325.256,00
RECEITAS DIVERSAS	13.207,32	7.671,36	-
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	-	-	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS PARA PROJETOS ESPECIAIS	14.150,04	45.137,47	-
RECEITA COM REVERSÃO DE PROVISÃO	-	429,00	-
Total	1.292.100,52	1.745.603,05	1.702.053,00

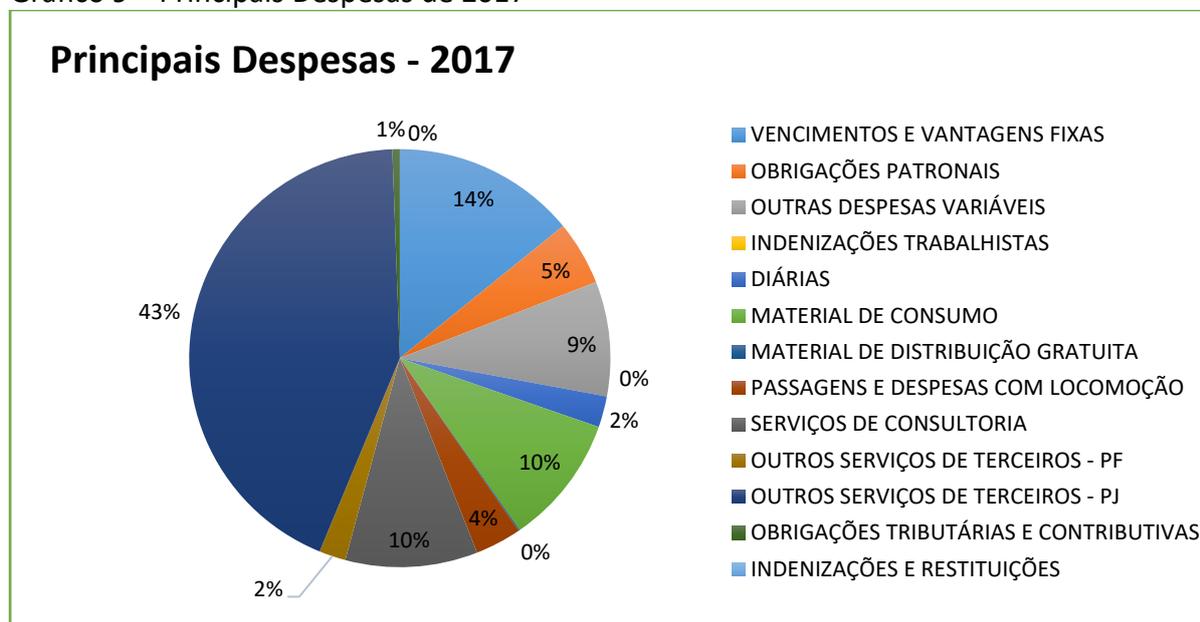
Fonte: Zeus Rio – Módulo Orçamento

ANÁLISES:

A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição social, no montante de 2,5%, incidente sobre as folhas de pagamento das cooperativas. A tabela acima apresenta a evolução das Receitas do SESCOOP RR nos três últimos exercícios.

O Programa de Trabalho/Orçamento do Sescop/RR do exercício de 2017, na forma da reprogramação aprovada pelo Conselho Nacional, envolveu recursos no total de R\$ 1.779.408,00. As receitas atingiram o valor de R\$ 1.745.603,05 o que representou variação percentual de 35% em relação ao ano de 2016 e de 98,10% da Previsão Orçamentária.

Gráfico 9 – Principais Despesas de 2017



Quadro 41 – Detalhamento das Principais Despesas.

Principais despesas (em milhares de reais)	2016	2017	2018
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	154.907,08	244.244,18	345.768,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	65.600,82	85.793,89	128.108,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	28.391,19	153.582,35	119.190,00
DIÁRIAS	19.753,50	41.574,00	24.990,00
MATERIAL DE CONSUMO	73.664,37	173.540,88	148.708,00
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-	1.661,00	5.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	22.328,85	61.606,28	38.940,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.400,00	175.729,30	153.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	20.723,53	35.455,81	26.800,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	668.508,50	747.986,20	674.589,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.416,00	9.919,01	15.960,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.920,00	119.800,00	-
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	-	-	21.000,00
Total	1.070.613,84	1.850.892,90	1.702.053,00

Fonte: Zeus Rio – Modulo Orçamento

Análises:

Para efeito de análise dos resultados com as despesas realizadas no exercício 2017, consideramos as variações com percentuais acima de 10% (dez por cento). Assim, destacam-se as rubricas “Vencimentos e Vantagens Fixas” com o percentual de 13% (treze por cento) das despesas correntes realizadas. Em comparação ao exercício anterior, houve uma variação para mais de 57,67%, o que ocasionou foi o aumento dos benefícios de vale alimentação, a contratação de plano de saúde para os colaboradores e a contratação de mais um colaborador.

A rubrica “Outros Serviços de Terceiros – PJ” com o percentual de 40% (quarenta por cento) do total das despesas correntes realizadas no exercício. Trata-se de despesas com instrutorias e consultorias na área finalística do Sescop/RR.

6.2 - Principais Contratos Firmados

Os 10 (dez) maiores contratos firmados com fornecedores de produtos e serviços durante o exercício 2017, como segue:

Quadro 42 – Principais Contratos Firmados no Exercício de 2017.

Contratos firmados no exercício a que se refere a prestação de contas								
Contrato Ano	Objeto	Favorecido	CNPJ/ CPF	Mod. Licitação	Data da contratação	Situação	Natureza	Total (R\$)
013/2017	Serviços de Instrutorias	Lindomar Grangeiro e Cia Ltda-ME	13457803/0001-11	Convite	23/03/2017	Ativo-Prorrogado (P)	Ordinária (O)	306.000,00
022/2017	Serviços de Organizações e Eventos	Nilton da Silva - ME	12230657/0001-24	Convite	22/06/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	157.030,21
036/2017	Aquisição de Veículo	Perin Veículos Ltda.	07981039/0001-86	Convite	31/10/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	119.800,00
004/2017	Tiket Alimentação	Sodexo Pass do Brasil Serviço	69034668/0001-56	Convite	24/02/2017	Ativo-Prorrogado (P)	Ordinária (O)	102.700,00
018/2017	Imersão em Cooperativismo	Cooperativa Paranaense de Turismo	07194301/0001-61	Inexigibilidade	07/04/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	81.200,00
034/2017	Coleta de Dados Situacionais	Norte Tech Consultoria e Seleções Eireli-ME	23166854/0001-48	Dispensa		Encerrado (E)	Ordinária (O)	43.500,00
016/2017	Serviços de Gráfica	R. Andrade França - ME	09595086/0001-17	Dispensa	15/03/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	43.260,00
001/2017	Fornecimento de Combustível	Kotinski e Cia Ltda	044684840001/60	Dispensa	13/01/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	41.604,00
021/2017	Consultoria Especializada - PAGC	S.L Franco Eireli - ME	08427208/0001-01	Dispensa	12/04/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	30.000,00
015/2017	Consultoria Especializada - Arregimentação	Pyramid Consultoria Empresarial Eireli - ME	84037399/0001-75	Dispensa	17/03/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	26.200,00
Total								951.294,21

Os 10 (dez) maiores contratos firmados e pagos com fornecedores de produtos e serviços durante o exercício 2017, como segue:

Quadro 43 – Principais Contratos Firmados e Pagos no Exercício de 2017

Contratos em que houve pagamentos no exercício a que se refere a prestação de contas								
Contrato Ano	Objeto	Favorecido	CNPJ/CPF	Mod. Licitação	Data contratação	Situação	Natureza	Pagamento total exercício (R\$)
013/2017	Serviços de Instrutorias	Lindomar Grangeiro e Cia Ltda-ME	13457803/0001-11	Convite	23/03/2017	Ativo-Prorrogado (P)	Ordinária (O)	285.350,00
022/2017	Serviços de Organizações e Eventos	Nilton da Silva - ME	12230657/0001-24	Convite	22/06/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	157.030,21
036/2017	Aquisição de Veículo	Perin Veículos Ltda	07981039/0001-86	Convite	31/10/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	119.800,00
004/2017	Tiket Alimentação	Sodexo Pass do Brasil Serviço	69034668/0001-56	Convite	24/02/2017	Ativo-Prorrogado (P)	Ordinária (O)	58.022,80
018/2017	Imersão em Cooperativismo	Cooperativa Paranaense de Turismo	07194301/0001-61	Inexigibilidade	07/04/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	81.200,00
034/2017	Coleta da Dados Situacionais	Norte Tech Consultoria e Seleções Eireli-ME	23166854/0001-48	Dispensa		Encerrado (E)	Ordinária (O)	43.500,00
016/2017	Serviços de Gráfica	R. Andrade França - ME	09595086/0001-17	Dispensa	15/03/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	43.260,00
001/2017	Fornecimento de Combustível	Kotinski e Cia Ltda	044684840001/60	Dispensa	13/01/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	17.616,57
021/2017	Consultoria Especializada - PAGC	S.L franco Eireli - ME	08427208/0001-01	Dispensa	12/04/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	30.000,00
015/2017	Consultoria Especializada - Arregimentação	Pyramid Consultoria Empresarial Eireli - ME	84037399/0001-75	Dispensa	17/03/2017	Encerrado (E)	Ordinária (O)	26.200,00
Total								861.979,58

6.3 - Transferências, Convênios e Congêneres

6.3.1 - Transferências para Federações e Confederações

Não houve transferências.

6.3.2 - Outros Convênios

Não houve convênios.

6.4 - Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A vida útil estimada e o método de depreciação do ativo imobilizado são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa constante em item específico deste Relatório de Gestão, onde também se encontram divulgadas as taxas de depreciação adotadas, a metodologia e as principais práticas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

6.5 - Demonstrações Contábeis Exigidas pela NBC T 16.6 e Notas Explicativas

Os dispositivos da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 são aplicados às entidades que adotam a Lei 4.320/64, o que não é o caso do Sescoop, que adota a Lei 6.404/76, entretanto, as respectivas normas correlatas NBC TG 27 – Ativo imobilizado e NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos são adotadas pelo Sescoop.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

6.6 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de acordo com a Lei 6.404/1976

Quadro 44 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Demonstração Contábil/Notas Explicativas	Endereço para acesso
Balanco Patrimonial	www.ocbrr.coop.br
Demonstração do Resultado do Exercício	www.ocbrr.coop.br
Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido	www.ocbrr.coop.br
Demonstração de Fluxo de Caixa	www.ocbrr.coop.br
Notas Explicativas	www.ocbrr.coop.br

Considerações gerais:

Em atendimentos aos órgãos de controle externo e interno, esta Unidade deverá publicar em seu site as demonstrações contábeis e notas explicativas, a partir do exercício 2017.

7- Áreas Especiais da Gestão

7.1- Gestão de Pessoas, Terceirização e Custos Relacionados

A força de trabalho do Sescop/RR no exercício de 2017 foi composta por de 05 colaboradores efetivos e 02 (dois) estagiários, como segue:

- a) Um Superintendente;
- b) Um Assessor Técnico;
- c) Dois Analistas Técnicos;
- d) Um Auxiliar de Serviços Gerais;
- e) Dois Estagiários.

QUADRO 45 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários em Cargos Efetivos	04	01
2. Funcionários com Contratos Temporários	00	00
3. Total de Servidores (1+2)	04	01

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

Tabela 02 – Evolução da Estrutura de Pessoal do Sescop/RR, por faixa etária

Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	00	00	00	00	00
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	01	01	03	00	00
Total Quadro Fixo	01	01	03	00	00
Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Estagiários	01	01	00	00	00
Terceirizados	00	00	00	00	00
Total Temporários e Estagiários	01	01	00	00	00
Total da Unidade	02	02	03	00	00

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

Tabela 03 – Evolução da Estrutura de Pessoal do Sescoop/RR, por nível de escolaridade

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas										
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio			1					4		
Total Quadro Fixo										
Descrição										
Estagiários					1	1				
Terceirizados										
Total Temporários e Estagiários										
Total da Unidade										

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

Legenda: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

TABELA 04 – Distribuição dos Colaboradores por Cargo

Indicador	Nº	%
Número de colaboradores no cargo de técnico	01	20
Número de colaboradores no cargo de analista	01	20
Número de colaboradores no cargo de coordenador de processo	00	00
Número de colaboradores no cargo de gerente/assessor	02	40
Número de colaboradores no cargo de gerente geral	00	00
Número de colaboradores no cargo de superintendente	01	20
TOTAL	05	100

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

TABELA 05 – Distribuição dos Colaboradores, por faixa salarial

Indicador	Nº	%
Número de colaboradores com salário até R\$ 2.000,00	01	20
Número de colaboradores com salário de 2.001,00 a 3.000,00	01	20
Número de colaboradores com salário de 3.001,00 a 5000,00	01	20
Número de colaboradores com salário de 5.001,00 a 6.000,00	02	40
Número de colaboradores com salário de 6.001,00 a 7.000,00	00	00
Número de colaboradores com salário de 7.001,00 a 8.000,00	00	00
Número de colaboradores com salário de 8.001,00 a 9.000,00	00	00
Número de colaboradores com salário de 9.001,00 a 10.000,00	00	00
Número de colaboradores com salário acima de R\$ 10.000,00	00	00
Total	05	100

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

TABELA 06 – Movimentação do Quadro de Pessoal (2017)

Indicador de Turnover	Nº	%
Número de Admissões	00	00
Número de Demissões	00	00
Total de Empregados	00	00
Movimentação média anual de pessoal (<i>turnover</i>) <i>((número de admissões + número de demissões / 2) / nº empregados final do período) *100</i>	00,00%	

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

TABELA 07 – Qualificação da Força de Trabalho (2017)

Indicador	Nº
Número de ações de capacitação	01
Número de horas de capacitação	24
Número de empregados capacitados no exercício	02
Média de ações de capacitação por empregado	01
Média de horas de capacitação por empregado	24

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

QUADRO 46 – Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Cargos Efetivos (CLT)			
Salários	Encargos	Benefícios	Total (R\$)
244.244,18	85.793,89	153.582,35	483.620,42
Cargos Temporários (Estagiários e Terceirizados)			
Salários	Encargos	Benefícios	Total (R\$)
14.400,00	00,00	10.400,00	24.800,00

QUADRO 47 – Investimentos em Capacitação de Pessoal em 2017

Descrição	Treinamentos		Cursos de Graduação		Cursos de Pós-Graduação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Funcionários Efetivos - lotados nas Áreas Finalísticas	00	00	00	00	0	00
Funcionários Efetivos - lotados nas Áreas de Administração e Apoio	02	4.000,00	00	00	00	00
Total Quadro Fixo	02	4.000,00	00	00	00	00
Estagiários	00	00	00	00	00	00
Terceirizados	00	00	00	00	00	00
Total Temporários e Estagiários	00	00	00	00	00	00
Total da Unidade	02	4.000,00	00	00	00	00

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira

Análise Crítica

A Unidade deve discorrer sobre outros aspectos que interferem diretamente nas despesas de pessoal, tais como o impacto de licenças, afastamentos, aposentadorias, necessidades de capacitação, encargos trabalhistas etc.

Deve ainda informar possíveis riscos identificados na gestão de pessoas, especialmente aqueles que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo.

O quadro de pessoal do Sescop/RR é bastante reduzido. No exercício houve apenas uma movimentação de licença de maternidade. Um ponto que merece destaque é o pequeno corpo técnico, mas que deverá ser sanado como o processo seletivo para mais contratações de funcionários. Outra necessidade é a de capacitações dos colaboradores em determinadas áreas.

7.2 - Remuneração do Corpo de Dirigentes e Conselheiros

Os integrantes dos Conselhos Administrativo, Fiscal e o Presidente do Sescop/RR, de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 3.017, de 06.04.1999, não recebem remuneração, mas cédula de presença e, quando for o caso, ajuda de custo pela sua participação nas reuniões, cujos valores estão demonstrados no próximo item.

Quadro 48 – Remuneração dos Administradores

Remuneração dos Administradores			
Cargo		Remuneração anual	
Superintendente da Entidade	Jucélia Rodrigues do Carmo	5.423,34	65.080,08
Membros do Conselho de Administração			
Presidente	Silvio Silvestre de Carvalho	0,00	0,00
Conselheiro Titular	Amanda Lia Ward Torquato	468,50	2.342,50
Conselheiro Titular	Stélio Damasceno Silva	468,50	2.342,50
Conselheiro Titular	Levi Bezerra Lima	468,50	2.342,50
Conselheiro Titular	Igleison Cerqueira Gomes	468,50	2.342,50
Membros do Conselho de Fiscal			
Conselheiro Titular	Jorrimar da Silva Amorim	468,50	2.342,50
Conselheiro Titular	Edilândia dos Santos Soares	468,50	2.342,50
Conselheiro Titular	Rogério Pereira da Silva	468,50	2.342,50

Quadro 49 – Remuneração do Superintendente

Remuneração do Superintendente			
Remuneração Fixa		Valores	
Salário	5.423,34	8.067,24	96.806,90
Benefícios			
Unimed e Ticket Alimentação	1.689,06	1.689,06	20.268,72
Outros	0,00	0,00	0,00

7.3 - Gestão de Patrimônio Imobiliário

Esta unidade não possui imóveis.

7.4 - Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O Sescop/RR não participa de nenhuma agenda ambiental, assim como não possui a gestão de logística sustentável (PLS). Acreditamos que o respectivo plano deva está sendo desenvolvido pelo Sescop Nacional, pois é órgão balizador dos normativos a serem seguidos pelas Unidades Estaduais do Sescop.

Todos os resíduos secos (papéis) gerados pelo Sescop/RR são entregues para a cooperativa de catadores existentes no Estado e os materiais utilizados. Os cartuchos de impressoras são entregues a uma pessoa jurídica que mantemos uma parceria de coleta dos cartuchos.

A Unidade Estadual não observa os parâmetros estabelecidos do decreto 7.746/2012, uma vez que as contratações são em sua maioria destinada à formação profissional das cooperativas (capacitação).

O Sescop/RR utiliza boa parte de papel reciclável, assim como promove a utilização "copo único por dia", pelos colaboradores, que tem objetivo de reduzir o consumo de copos descartáveis e promove o desligamento de todos os aparelhos de informática e centrais de ar no intervalo de descanso (horário de almoço) e ao final de expediente.

Na aquisição de material de limpeza a Unidade procura utilizar os produtos oriundos de fabricantes que adotem práticas sustentáveis ao meio ambiente (produtos biodegradáveis).

8 - Conformidade da Gestão e demandas de Órgãos de Controle

Sugere-se que o os itens 8.1, 8.2 e 8.3, em conjunto, não ultrapassem o tamanho de 3 páginas

8.1- Tratamento de Deliberações do TCU

Não se aplica

8.2 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU)

Quadro 50 – Situação de Atendimento das demandas da CGU

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201601831	1.1.2/3.2/4.2	Efetividade dos Resultados Operacionais/Gestão de Recursos Humanos/Contratos de Obras, Compras e Serviços	Metas Implementadas/Revisão de Normativos/Revisão dos Procedimentos de Contratação.

8.3 - Tratamento de recomendações da Auditoria Interna

Não se aplica.

9 - Apêndices

9.1. Quadros, Tabelas, Figuras Complementares, Relatórios e Pareceres

9.1.1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

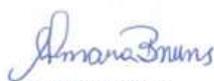
9.1.1.1 - Balanço Patrimonial



Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo			Passivo				
	Notas	31/12/2017	31/12/2016		Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	206.442	485.857	Contas a pagar	7	1.554	22.459
Outros créditos	4	25.550	10.645	Salários, encargos sociais e imposto a pagar	8	13.672	24.581
Despesas pagas antecipadamente	5	1.526	1.542	Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	9	38.818	22.654
				Outras obrigações		2.308	2.308
Total do ativo circulante		233.518	498.044	Obrigações com convênios	10		137.418
				Total do passivo circulante		56.353	269.421
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	6	241.979	146.212	Provisão para demandas judiciais			
Intangível				Patrimônio Líquido			
Total do ativo não circulante		241.979	146.212	Patrimônio Social	11	419.144	434.835
				Total do passivo e patrimônio líquido		475.497	644.256
Total do Ativo		475.497	644.256				


Amara Bonfim Nunes
Contadora CRC 024.727/0-7 DF


Silvio Silvestre de Carvalho
Presidente

9.1.1.2 - Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício



Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstração do superávit/ déficit do exercício

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	12	1.700.440	1.249.254
(Despesas)/ outras receitas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13	(483.620)	(325.859)
Despesas Administrativas	14	(329.592)	(160.303)
Despesas de serviços profissionais contratados	15	(640.295)	(604.344)
Despesas Institucionais	16	(272.003)	(48.385)
Despesas Tributárias		(3.234)	
Despesas com depreciações e amortizações	6	(28.202)	(3.646)
Outras Receitas/ Despesas operacionais		8.100	13.207
Total das despesas operacionais		(1.748.846)	(1.129.330)
Superávit antes do resultado financeiro		(48.406)	119.924
Resultado Financeiro Líquido	17	34.715	28.467
Deficit/superávit do exercício		(13.691)	148.391

Silmara Bonfim Nunes
Contadora CRC 024.727/0-7 DF

Silvio Silvestre de Carvalho
Presidente

9.1.1.3 - Demonstração de Fluxo de Caixa



Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Deficit/ Superávit do exercício	(13.691)	148.391
	<u>(13.691)</u>	<u>148.391</u>
Ajustes para reconciliar com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	28.202	3.646
	<u>28.202</u>	<u>3.646</u>
(Redução)/ Aumento nos ativos		
Outros créditos	(12.032)	(5.348)
Despesas pagas antecipadamente	(6)	61
	<u>(12.048)</u>	<u>(5.287)</u>
(Redução)/ Aumento nos passivos		
Contas a pagar	(17.930)	22.513
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	13.884	9.169
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	(16.165)	(2.924)
Obrigações com convênios	(137.418)	53.023
	<u>(167.828)</u>	<u>81.781</u>
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>(166.188)</u>	<u>228.631</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(124.249)	(2.920)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(124.249)</u>	<u>(2.920)</u>
Aumento no caixa e equivalente de caixa	<u>(278.416)</u>	<u>226.811</u>
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	485.857	260.246
No final do exercício	206.442	485.857
Aumento no caixa e equivalente de caixa	<u>(278.416)</u>	<u>226.811</u>

Silmara Nunes

Silmara Bonfim Nunes
Contadora CRC 024.727/0-7 DF

Silvio Silvestre de Carvalho

Silvio Silvestre de Carvalho
Presidente

9.1.1.4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstração das mutações no Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31/12/2015	286.444		286.444
Superávit do exercício		148.391	148.391
Transferência do superávit para patrimônio social	148.391	(148.391)	
Saldos acumulados em 31/12/2016	434.835		434.835
Ajuste de PL		(2.000)	(2.000)
Deficit do exercício		(13.691)	(13.691)
Transferência do deficit para patrimônio social	(15.691)	(15.691)	(15.691)
Saldos acumulados em 31/12/2017	419.144	(15.691)	419.144

Silmara Bontim Nunes

Silmara Bontim Nunes
Contadora CRC 024.727/0-7 DF

Silvio Silvestre de Carvalho

Silvio Silvestre de Carvalho
Presidente

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o SESCOOP NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o SESCOOP NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.



O Sescoop RR está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

"As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região."

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

"Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003)- VI - Instituir impostos sobre: e) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; § 4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas."

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescoop RR está isenta também da contribuição social.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.



2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescoop RR, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescoop RR são reconhecidas contabilmente quando da sua originação, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 5.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O Sescoop RR avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescoop RR reconheceria no resultado a perda por *impairment*. Foi elaborado um relatório interno do Sescoop RR, visando atender as exigências contidas no CPC-PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2017.



2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato ou documento similar hábil, e documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop RR bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas.

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Sescoop RR e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescoop RR possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.



A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais, a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização.

2.4. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.



A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa —> órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal —> órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração —> órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, não havia concentração de risco relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Tesouraria	243	-
Bancos	946	98.135
Aplicações financeiras (a)	205.253	387.721
Total	206.442	485.857

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

Instituições financeiras	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
CDB		205.253	387.721
Total		205.253	387.721

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros créditos de curto prazo	6.847	6.487
Adiantamento concedido a funcionários	9.539	
Adiantamento a terceiros		
Impostos a recuperar	9.164	3.798
Total	25.550	10.645

5. Despesas pagas antecipadamente

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Seguros a apropriar	1.526	1.542
Total	1.526	1.542



6. Imobilizado

Descrição	% - Taxas anuais de depreciação	31/12/2017			31/12/2016 líquido
		Custo	Depreciado	Líquido	
Benfeitoria	20%	60.029	(7.853)	52.176	56.729
Móveis e utensílios	10%	37.684	(8.263)	29.421	32.008
Veículos	20%	219.500	(99.700)	119.800	
Máquinas e equipamentos	10%	27.695	(6.227)	21.468	26.200
Equipamentos de informática	20%	34.750	(15.636)	19.114	31.275
Total do imobilizado		379.658	(137.679)	241.979	146.212

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2017:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2016	Adição	Baixa	Depreciação	Baixa-Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2017
Benfeitoria	56.729			(4.553)		52.176
Móveis e utensílios	32.008	4.284		(6.871)		29.421
Veículos		119.800				119.800
Máquinas e equipamentos	26.200	165	(280)	(4.616)		21.468
Equipamentos de informática	31.275			(12.161)		19.114
Total	146.212	124.249	(280)	(28.202)		241.979

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/03/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Baixa-Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2016
Benfeitoria	57.180			(451)		56.729
Móveis e utensílios	32.843			(835)		32.008
Máquinas e equipamentos	23.903	2.920		(622)		26.200
Equipamentos de informática	33.012			(1.738)		31.275
Total	146.938	2.920		(3.646)		146.212

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

7. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores – pessoa jurídica	1.554	22.459
Obrigações com Terceiros – pessoa física		
Total	1.554	22.459



8. Salários, encargos sociais e impostos a recolher

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição analítica está descrita a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Encargos, consignações e impostos sobre folha de pagamento	10.643	24.527
Consignáveis de terceiros	3.029	54
Total	13.672	24.581

O Sescoop AP calcula e recolhe as contribuições de acordo com a legislação vigente.

9. Provisões trabalhistas e encargos sociais trabalhistas e previdenciários

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	27.827	16.113
INSS sobre férias	7.966	3.819
FGTS sobre férias	2.689	1.289
PIS sobre férias	336	161
FGTS sobre 13º salário		1.131
PIS sobre 13º salário		141
Total	38.318	22.654

10. Obrigações por convênio

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por convênio		137.418
Total		137.418

11. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit acumulado. Os valores demonstrados a seguir referem-se aos resultados dos exercícios de 2017 e 2016

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Social	419.144	434.835
Total	419.144	434.835

12. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de contribuições (a)	498.029	295.860
Receitas de transferências correntes (FUNDECOOP) (b)	1.202.411	953.394
Total	1.700.440	1.249.254

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre da folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;



(b) Refere-se a um repasse suplementar de recursos fornecidos pelo Sescorp Nacional acrescido da realização de Receitas com projetos especiais - FUNDECOOP.

13. Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários e proventos	(186.225)	(173.041)
13º salário	(16.937)	(15.457)
Férias e abono constitucionais	(29.082)	(20.608)
Encargos trabalhistas	(85.793)	(87.987)
Indenização Trabalhista		
Benefícios	(153.582)	(28.766)
Total	(483.620)	(325.859)

14. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Desp. – dirigentes e conselheiros	(15.109)	(7.924)
Ocupação e serviços públicos	(13.864)	(24.751)
Despesas de comunicação	(33.248)	(28.494)
Material de consumo	(173.266)	(73.664)
Material de consumo durável	(275)	
Passagens e locomoções	(52.259)	(5.506)
Diárias e hospedagens	(41.574)	(19.964)
Total	(329.592)	(160.303)

15. Despesas com serviços de profissionais contratados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Serviços técnicos especializados	(565.629)	(323.894)
Serviços de transportes	(9.347)	(16.822)
Manutenção, segurança e limpeza	(20.555)	(12.900)
Demais serviços contratados	(38.079)	(245.112)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(6.684)	(5.616)
Total	(640.295)	(604.344)

16. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Locações	(102.670)	(12.940)
Materiais de divulgação	(1.661)	
Premiações		
Materiais para treinamento		
Serviços de divulgações institucionais	(167.672)	(35.445)
Auxílios financeiros a estudantes		
Auxílios educacionais		
Total	(272.003)	(48.385)



17. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	37.063	28.640
Despesas financeiras		
(Despesas bancárias)	(2.348)	(1.172)
Resultado Financeiro líquido	34.715	28.467

18. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

19. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Silmara Bonfim Nunes
Contadora CRC 024.727/O-7 DF

Sílvio Silvestre de Carvalho
Presidente

9.1.2 - RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo no estado de
Roraima – SESCOOP/RR**

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis

**Relativo ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2017**

29 de março de 2018





INDÍCE

Relatório de opinião do auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	6
Notas Explicativas	11





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do
Amapá - SESCOOP/RR
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima – SESCOOP/RR (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima – SESCOOP/RR** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de abril de 2017, com modificação de opinião relacionada a ausência de conciliação que suporte a diferença na rubrica do imobilizado, sem efeito neste exercício.



www.macielauditores.com.br
contato@macielauditores.com.br



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

8



www.macielauditores.com.br
contato@macielauditores.com.br



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2018.


 MACIEL AUDITORES S/S
 2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP
 ROGÉR MACIEL DE OLIVEIRA
 1CRC RS 071.505/O-3 - T - SP
 Sócio Responsável Técnico



www.macielauditores.com.br
contato@macielauditores.com.br

9.1.3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL



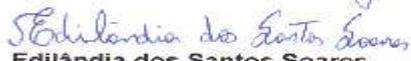
PARECER DO CONSELHO FISCAL

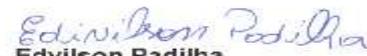
Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2017**

Nós, membros do Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima - SESCOOP/RR, em cumprimento ao que determina as disposições legais que regem esta Unidade Estadual, examinamos as peças, (relatório de atividade, balanço patrimonial, demonstrações contábeis e notas explicativas), que compõem o Relatório de Gestão, referente ao exercício 2017, composto pelos relatórios da execução física e financeira findo em 31 de Dezembro de 2017, merecendo assim a nossa recomendação favorável ao Conselho Administrativo do SESCOOP/RR para sua apreciação e aprovação.

Boa Vista/RR, 23 de Abril de 2018


Jorrimar da Silva Amorim
Presidente/CONFISC


Edilândia dos Santos Soares
Conselheiro/CONFISC


Edvilson Padilha
Conselheiro/CONFISC

9.1.4 - PARECER DO CONSELHO ESTADUAL



PARECER DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2017

Os membros do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima - SESCOOP/RR, em reunião realizada no dia 23 de Abril de 2018, em consonância do disposto no Regimento Interno da instituição, examinou as que compõem o Relatório de Gestão, referente ao exercício 2017, composto pelo relatório de atividade, balanço patrimonial, demonstrações contábeis e notas explicativas e decidiu emitir parecer ratificando a sugestão do Conselho Fiscal do SESCOOP/RR, sem nenhuma ressalva. Determina ainda este Conselho que o Relatório de Gestão seja encaminhado ao Conselho Deliberativo do SESCOOP Nacional para a necessária análise, apreciação e consolidação, conforme estabelecem as disposições legais pertinentes.

Boa Vista/RR, 23 de Abril de 2018



Silvio Silvestre de Carvalho
Presidente/CONSAD



Amanda Lia Ward Torquato
Conselheira/CONSAD



Igleison Cirqueira Gomes
Conselheiro/CONSAD



Stélio Damasceno da Silva
Conselheiro/CONSAD



Levi Bezerra Lima
Conselheiro/CONSAD

Av. Major Williams, 1018 - 2º andar
São Francisco - Boa Vista - Roraima
Fone: (95) 3623 2912 / 3623 2312 / e-mail: sesccooprr@yahoo.com.br / ochroraima@yshoo.com.br /
presidenciaochr@yahoo.com.br

9.1.4 – PARECER DO CONSELHO NACIONAL



RESOLUÇÃO Nº 1728/2018 - CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão e demonstrações contábeis/financeiras da Unidade Estadual do Sescoop/RR.

O Presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, no uso da competência conferida pelos artigos 3º e inciso III do artigo 23 do Regimento da Unidade Nacional, observando o disposto na Resolução n.º 1607/2017, torna público que o Conselho Nacional, em sua 108ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de maio de 2018, nos termos do inciso V do artigo 14 do Regimento da Unidade Nacional do Sescoop, e considerando o parecer do Conselho Fiscal e o relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis, e o Parecer do Conselho Administrativo da Unidade, sobre o Relatório de Gestão,

RESOLVEU

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis/Financeiras do exercício de 2017 da Unidade Estadual do Sescoop/Roraima.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 22 de maio de 2018.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente

“O presente documento foi analisado pela ABJur e guarda regularidade em seus aspectos jurídicos”

somoscoop

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP

Daniel Costa Martins 1 de 1
Advogado - SESCOOP/UN
OAB/DF - Nº 40.022

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SAUS (Setor de Aulas) Sui Quadra 4, Bloco I
CEP: 70070-936 - Brasília - DF - Brasil
somscoop.coop.br

9.1.5 - ROL DE RESPONSÁVEIS

ROL DE RESPONSÁVEIS			
Nome	Função	Órgão SESCOOP/RR	Cooperativa Representativa
Silvio Silvestre de Carvalho	Presidente	Conselho Administrativo	MINERAR
Rosilene Silva Souza	Conselheira Titular	Conselho Administrativo	COOPETAN
Levi Bezerra Lima	Conselheiro Titular	Conselho Administrativo	COOTAF
Igleison Cirqueira Gomes	Conselheiro Titular	Conselho Administrativo	UNITAP
Amanda Lia Ward Torquato	Conselheiro Titular	Conselho Administrativo	SESCOOP/NA
Karla Tadeu Duarte de Oliveira	Conselheiro Suplentes	Conselho Administrativo	SESCOOP/NA
Francisco Bezerra de Melo	Conselheiro Suplentes	Conselho Administrativo	COOPERTACI
Carvalho Machado de Almeida	Conselheiro Suplentes	Conselho Administrativo	COOTAC
Francinete de Souza e Silva	Conselheiro Suplentes	Conselho Administrativo	COOPERTAXI RIO BRANCO
Jorrimar da Silva Amorim	Conselheiro Titular	Conselho Fiscal	COOPEBRAS
Edilândia dos Santos Soares	Conselheiro Titular	Conselho Fiscal	COOPBON
Rogério Pereira da Silva	Conselheiro Titular	Conselho Fiscal	UNIRENDA
Edivilson Padilha	Conselheiro Suplentes	Conselho Fiscal	COOTAXI
Amadeu Gentil do Carmo	Conselheiro Suplentes	Conselho Fiscal	COOTRAM
Alvino Morais	Conselheiro Suplentes	Conselho Fiscal	COOPAI

9.1.6 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DE BENS E RENDAS



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores e todos os conselheiros dos Conselhos Administrativos e Fiscal (titular e suplentes), presidente e superintendente do SESCOOP/RR, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e renda junto a Coordenação Administrativa do SESCOOP/RR para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Boa Vista, 29 de março de 2018.


Jucélia Rodrigues do Carmo
225.446.742-53
Superintendente

10 – Anexo: Banco de dados

10.1 - Licitações e Contratos

Planilha Excel.

10.2 - Transferências de Recursos

Planilha Excel.

10.3 - Receitas da Entidade

Planilha Excel.

10.4 - Despesas da Entidade

Planilha Excel.

10.5 - Remuneração de Empregados

Planilha Excel.